

Aula 30 – Racismo Ambiental e Justiça Climática: Desvendando Desigualdades e Construindo Futuros Sustentáveis

Seja bem-vindo(a) à Aula 30 do nosso Curso de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente! Depois de explorarmos os fundamentos da sustentabilidade e os desafios globais, é hora de mergulharmos em um tema que, embora complexo, é absolutamente crucial para a construção de um futuro mais justo e equitativo: o **Racismo Ambiental** e a **Justiça Climática**.

Você já parou para pensar por que certas comunidades são desproporcionalmente mais afetadas por desastres ambientais, poluição ou falta de acesso a recursos naturais? Por que, muitas vezes, são as populações mais vulneráveis as que vivem ao lado de lixões, indústrias poluentes ou em áreas de risco? Esta aula é um convite para desvendar essas perguntas e entender as raízes profundas das desigualdades socioambientais que permeiam nossa sociedade.

Ao final desta jornada de aprendizado, você será capaz de identificar e definir o racismo ambiental no contexto brasileiro, compreender como as mudanças climáticas exacerbam as vulnerabilidades existentes, reconhecer a importância dos movimentos por justiça ambiental e climática, e aplicar o conceito de interseccionalidade para uma análise mais completa dos desafios socioambientais. Este conhecimento não só enriquecerá sua visão de mundo, mas também será um diferencial valioso em sua formação acadêmica e em futuras oportunidades profissionais, incluindo concursos públicos que valorizam a compreensão de temas contemporâneos e relevantes.

Nesta aula, vamos navegar desde a definição e exemplos práticos do racismo ambiental no Brasil, passando pelos impactos desproporcionais das mudanças climáticas, até a ascensão dos movimentos por justiça e a lente essencial da interseccionalidade. Prepare-se para conectar pontos, desafiar percepções e, acima de tudo, para se capacitar a ser um agente de mudança.

O Ponto de Partida: Desigualdade e Meio Ambiente

Imagine por um instante que o meio ambiente é como um grande bolo, e todos nós somos convidados a comer uma fatia. Idealmente, cada um teria direito a uma porção justa e saudável. No entanto, a realidade é bem diferente. Enquanto algumas pessoas desfrutam de fatias generosas, com ar puro, água limpa e áreas verdes, outras recebem apenas as "migalhas", ou pior, são forçadas a comer a parte estragada, cheia de poluição e riscos.

Essa metáfora nos ajuda a entender que a crise ambiental que enfrentamos não é apenas uma questão de desmatamento ou aquecimento global. Ela é, fundamentalmente, uma crise de desigualdade. As consequências da degradação ambiental e das mudanças climáticas não são distribuídas de forma aleatória; elas seguem padrões sociais, econômicos e, crucialmente, raciais.

É nesse ponto que o conceito de **Racismo Ambiental** emerge, revelando as camadas de injustiça que se escondem por trás dos problemas ecológicos. O racismo ambiental nos força a olhar para além da superfície e a questionar: quem se beneficia da exploração dos recursos naturais e quem paga o preço mais alto por essa exploração? Quem tem voz nas decisões sobre o uso da terra e quem é silenciado?

Ao longo desta aula, vamos desvendar como a cor da pele, a etnia e a condição socioeconômica se tornam fatores determinantes na exposição a riscos ambientais, transformando a luta por um meio ambiente saudável em uma luta por justiça social.



Racismo Ambiental: Definindo o Injusto

Definição

Distribuição desproporcional de ônus ambientais sobre grupos raciais e étnicos minoritários

Origem

Termo cunhado por Benjamin Chavis na década de 1980 nos Estados Unidos

Manifestação

Não apenas preconceito individual, mas sistemas estruturais de injustiça

Para muitos, a ideia de "racismo" está ligada a atos explícitos de discriminação individual. No entanto, o **Racismo Ambiental** nos convida a expandir essa compreensão, focando nas estruturas e políticas que resultam na distribuição desproporcional de ônus ambientais sobre grupos raciais e étnicos minoritários.

No Brasil, essa realidade se manifesta de diversas formas, muitas vezes invisíveis para quem não a vivencia. Pense, por exemplo, nas comunidades quilombolas e indígenas que têm seus territórios invadidos ou contaminados por grandes projetos de mineração, agronegócio ou construção de hidrelétricas.

Essas populações, que historicamente dependem da integridade do meio ambiente para sua subsistência e cultura, são as primeiras a sentir os impactos da degradação. Seus rios são poluídos, suas florestas desmatadas e suas terras expropriadas, tudo em nome de um "progresso" que raramente as beneficia. É como se a sociedade, inconscientemente ou não, designasse esses grupos como "zonas de sacrifício" ambiental, onde a saúde e a qualidade de vida são negociáveis em troca de desenvolvimento econômico para outros.

As Faces do Racismo Ambiental no Brasil



Lixões e Aterros

Instalados frequentemente em bairros periféricos, habitados predominantemente por populações negras e de baixa renda, causando mau cheiro, proliferação de vetores e contaminação.



Indústrias Poluentes

Estrategicamente posicionadas em áreas onde a população tem menos poder político e econômico para resistir, liberando gases tóxicos e resíduos perigosos.



Grandes Barragens

Inundam terras férteis e deslocam comunidades tradicionais, priorizando o lucro em detrimento da vida e dignidade humana.



Agrotóxicos

Uso intensivo em plantações que cercam assentamentos rurais e aldeias indígenas, contaminando alimentos e fontes de água.

No Brasil, o racismo ambiental não é um conceito abstrato; ele se materializa em paisagens e vidas. Essas são as cicatrizes visíveis de um modelo de desenvolvimento que prioriza o lucro em detrimento da vida e da dignidade humana, perpetuando desigualdades históricas que remontam ao período colonial e à escravidão.

É como se a poluição fosse um "tapete sujo" que a sociedade varre para debaixo das casas daqueles que já estão em situação de vulnerabilidade, mantendo o "chão limpo" para os mais privilegiados. A terra, que deveria ser fonte de vida, torna-se, para muitos, fonte de doença e exclusão.

Racismo Ambiental e Saúde Pública

Impactos na Saúde

- Doenças respiratórias crônicas (asma, bronquite)
- Problemas gastrointestinais
- Doenças de pele
- Cânceres e malformações congênitas
- Contaminação por metais pesados

⊗ **Realidade Alarmante:** Milhões de brasileiros em periferias urbanas e comunidades rurais vivem essa realidade diariamente.

A conexão entre o racismo ambiental e a saúde pública é direta e alarmante. Viver em um ambiente degradado não é apenas uma questão de qualidade de vida; é uma questão de sobrevivência. As populações expostas a lixões, poluição industrial e agrotóxicos sofrem desproporcionalmente de uma série de problemas de saúde.

Imagine a angústia de uma mãe que não pode dar água limpa aos seus filhos ou que vê a saúde da sua família deteriorar-se lentamente por viver em um ambiente insalubre. Essa é a realidade de milhões de brasileiros em periferias urbanas e comunidades rurais.

Conexão com ODS 3

Essa situação é um claro obstáculo para o alcance do **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3: Saúde e Bem-Estar**. Enquanto a Agenda 2030 busca garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, o racismo ambiental atua como uma barreira silenciosa, mas poderosa.

A luta contra o racismo ambiental é, portanto, uma luta por saúde, dignidade e direitos humanos fundamentais.

Mudanças Climáticas: Um Amplificador de Injustiças

Se o racismo ambiental já revela as desigualdades existentes, as **Mudanças Climáticas** atuam como um potente amplificador dessas injustiças. Embora o aquecimento global seja um fenômeno que afeta todo o planeta, seus impactos não são sentidos de forma equitativa.



Secas Prolongadas

Castigam o Nordeste brasileiro, afetando agricultura familiar e segurança alimentar de comunidades quilombolas e indígenas



Enchentes e Deslizamentos

Devastam favelas e bairros periféricos onde moradias precárias são construídas em áreas de risco



Ondas de Calor

Atingem desproporcionalmente idosos e trabalhadores informais sem acesso a refrigeração adequada

É como se as mudanças climáticas fossem uma lupa que amplia as rachaduras sociais já existentes, tornando-as abismos. Elas não criam novas desigualdades, mas aprofundam as que já estão presentes, expondo a fragilidade de sistemas que não foram construídos para proteger a todos igualmente.

Essa realidade nos conecta diretamente com o **ODS 13: Ação Contra a Mudança Global do Clima**, que, para ser efetivo, precisa considerar a dimensão da justiça social.

Vulnerabilidade Climática e Deslocamento Forçado

Refugiados Climáticos

Quando secas extremas inviabilizam a agricultura, quando o nível do mar avança sobre vilas costeiras ou quando inundações recorrentes destroem lares, as pessoas são forçadas a abandonar suas terras e suas vidas.

Embora o termo "refugiados climáticos" não tenha reconhecimento legal internacional pleno, ele descreve uma realidade crescente e dolorosa.

Imagine uma família que vive há gerações em uma comunidade ribeirinha na Amazônia, cuja subsistência depende do rio e da floresta. Com as mudanças climáticas, o regime de chuvas se altera drasticamente, causando secas severas ou enchentes sem precedentes. O rio, que era fonte de alimento e transporte, torna-se uma ameaça ou simplesmente seca. Essa família é forçada a migrar para a periferia de uma cidade grande, sem terra, sem trabalho e sem o apoio de sua rede comunitária.

Segurança Hídrica
Acesso limitado à água potável

Saúde
Exposição a riscos ambientais



Segurança Alimentar
Perda de meios de subsistência

Moradia
Deslocamento forçado

Essa situação é como um barco furado: enquanto alguns têm acesso a botes salva-vidas e rotas de fuga seguras, outros são deixados para afundar. A vulnerabilidade climática está intrinsecamente ligada à segurança alimentar e hídrica, à saúde e à moradia. A crise climática, portanto, não é apenas uma ameaça ecológica, mas uma crise humanitária e de direitos humanos que exige uma resposta urgente e justa.

Justiça Climática: A Busca por Equidade

Diante do cenário de desigualdades amplificadas pelas mudanças climáticas, surge o conceito de **Justiça Climática**. Diferente de uma abordagem puramente ambientalista que foca apenas na redução de emissões ou na conservação da natureza, a justiça climática exige que as soluções para a crise climática sejam construídas sobre os pilares da equidade, dos direitos humanos e da responsabilidade histórica.



Responsabilidade Histórica

Os países desenvolvidos, que historicamente emitiram mais gases de efeito estufa, têm uma dívida climática com os países em desenvolvimento.



Equidade

As ações climáticas devem ser justas, garantindo que os benefícios e ônus sejam distribuídos de forma equitativa.



Participação

As comunidades mais afetadas devem ter voz ativa nas decisões e políticas climáticas.



Reparação

Reconhecimento e compensação pelos danos causados.

Conceito	Âmbito/Foco	Exemplo
Racismo Ambiental	Distribuição desigual de ônus ambientais	Lixões em comunidades negras e periféricas
Justiça Climática	Soluções equitativas para a crise climática	Países ricos financiando adaptação em países vulneráveis

A Justiça Climática está intrinsecamente ligada a acordos globais como o **Acordo de Paris**, que, embora não use o termo explicitamente, busca a equidade e a responsabilidade comum, mas diferenciada, entre as nações. As Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) do Brasil, por exemplo, precisam refletir não apenas metas de redução de emissões, mas também a proteção e o empoderamento das populações mais vulneráveis.

Movimentos por Justiça Ambiental e Climática no Brasil

No Brasil, a luta por justiça ambiental e climática não é uma novidade; ela tem raízes profundas nos movimentos sociais que há décadas defendem os direitos de comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e agricultores familiares. Esses grupos, que vivem em contato direto com a natureza e são os primeiros a sentir os impactos da degradação, são também os protagonistas da resistência e da proposição de alternativas.



Atingidos por Barragens

Lutam por compensações justas e pelo direito de permanecer em suas terras



Comunidades Quilombolas

Organizam-se contra a expansão do agronegócio e a pulverização de agrotóxicos



Povos Indígenas

Defendem suas terras ancestrais contra o desmatamento e a mineração ilegal



Agricultores Familiares

Promovem práticas sustentáveis e economia solidária

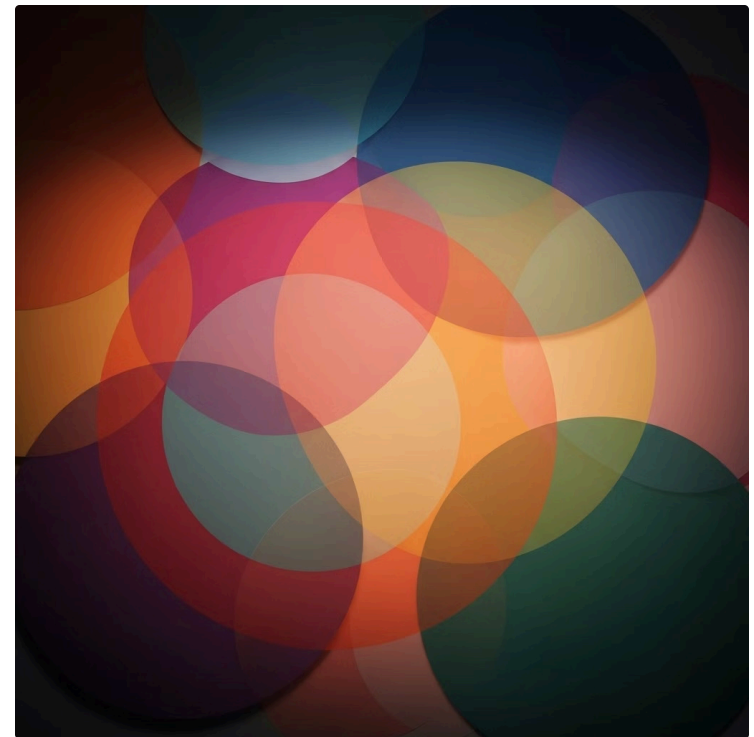
Eles não apenas denunciam as injustiças, mas também propõem modelos de desenvolvimento alternativos, baseados na sustentabilidade, na valorização dos saberes tradicionais e na economia solidária. Suas lutas são exemplos concretos de como a sociedade civil organizada pode pressionar por mudanças e exigir que as políticas públicas reflitam as necessidades e os direitos de todos, e não apenas os interesses de poucos.

A participação desses movimentos é essencial para que as decisões sobre o futuro do nosso planeta sejam verdadeiramente democráticas e justas.

Interseccionalidade: Compreendendo a Complexidade

Para entender a profundidade do racismo ambiental e da justiça climática, precisamos de uma lente mais sofisticada: a **interseccionalidade**. A vida não é compartimentada em caixas isoladas de "raça", "gênero" ou "classe social". Na realidade, essas categorias se cruzam e se sobrepõem, criando experiências únicas de privilégio e opressão.

O conceito foi cunhado pela jurista Kimberlé Crenshaw na década de 1980 para explicar como mulheres negras nos Estados Unidos enfrentavam discriminações que não podiam ser compreendidas apenas como racismo ou apenas como sexismo.



Raça
Discriminação racial e racismo estrutural



Gênero
Sexismo e desigualdades de gênero

Território
Segregação espacial e acesso a recursos



Classe Social
Desigualdades econômicas e classismo

No contexto socioambiental, a interseccionalidade nos ajuda a ver que uma mulher negra, moradora de uma periferia urbana, pode ser triplamente vulnerável: pela sua raça (racismo ambiental), pelo seu gênero (sexismo que a sobrecarrega com o cuidado da casa e da família em ambientes insalubres) e pela sua classe social (falta de recursos para se mudar ou exigir melhorias).

É como se a vulnerabilidade fosse uma cebola, e cada camada que descascamos revela uma nova forma de opressão que se soma às anteriores, tornando a situação ainda mais complexa e difícil de resolver.

Interseccionalidade na Prática Socioambiental

Aplicar a lente da interseccionalidade ao debate socioambiental nos permite ir além de uma análise superficial e identificar as camadas mais profundas de injustiça. Por exemplo, quando falamos de desastres climáticos, como enchentes, sabemos que as populações pobres são as mais afetadas. Mas, ao usar a interseccionalidade, percebemos que, dentro dessas populações, as mulheres, especialmente as mulheres negras e indígenas, são desproporcionalmente mais impactadas.



Mulheres Indígenas

Perdem meios de subsistência e enfrentam maior risco de violência em situações de deslocamento



Comunidade LGBTQIA+

Enfrenta discriminação adicional ao buscar ajuda ou abrigo em situações de emergência



Idosos Vulneráveis

Têm maior dificuldade de mobilidade e acesso a cuidados de saúde durante crises ambientais

Da mesma forma, os povos indígenas não são apenas afetados pelo desmatamento; eles sofrem a perda de sua cultura, de seus saberes ancestrais e de sua identidade, que estão intrinsecamente ligados à terra.

Conexão com os ODS: Compreender a interseccionalidade é fundamental para a criação de políticas públicas verdadeiramente eficazes e justas, alinhando-nos com os princípios do **ODS 5: Igualdade de Gênero** e **ODS 10: Redução das Desigualdades**.

Não basta pensar em "populações vulneráveis" de forma genérica; é preciso reconhecer as especificidades de cada grupo e como suas múltiplas identidades se cruzam para criar vulnerabilidades únicas. Somente assim poderemos construir soluções que sejam inclusivas e que realmente promovam a equidade.

A Agenda 2030 e os ODS: Ferramentas para a Justiça

A [Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável](#) e seus 17 **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** representam um plano global para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir a paz e a prosperidade para todos. Embora não mencionem explicitamente "racismo ambiental" ou "justiça climática", muitos ODS são ferramentas poderosas para abordar essas questões.

17

Objetivos

ODS que compõem a Agenda 2030

169

Metas

Metas específicas para alcançar os objetivos

2030

Prazo

Ano limite para implementação

1

ODS 1 - Erradicação da Pobreza

A falta de acesso a direitos básicos é frequentemente consequência do racismo ambiental

2

ODS 6 - Água Potável e Saneamento

Acesso desigual à água limpa reflete padrões de injustiça ambiental

3

ODS 10 - Redução das Desigualdades

Crucial para garantir que políticas ambientais sejam justas e equitativas

4

ODS 11 - Cidades Sustentáveis

Busca combater a segregação espacial e exposição desigual a riscos ambientais

5

ODS 13 - Ação Climática

Exige abordagem que considere a dimensão da justiça social

A Agenda 2030, portanto, oferece um arcabouço para que governos, sociedade civil e setor privado trabalhem juntos na construção de um futuro mais justo e sustentável, onde o racismo ambiental não tenha lugar.

Acordo de Paris e COPs: Compromissos Globais e Realidades Locais

Acordo de Paris (2015)

- Meta: limitar aquecimento a 1,5°C
- Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs)
- Princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada
- Financiamento climático para países vulneráveis

⚠ **Realidade:** Os compromissos atuais ainda são insuficientes para evitar os piores cenários climáticos.



No cenário global, o **Acordo de Paris** (2015) representa um marco na luta contra as mudanças climáticas. As **Conferências das Partes (COPs)**, como a recente COP28 em Dubai, são os fóruns onde esses compromissos são revisados, negociados e onde se busca avançar na implementação do Acordo.

COP21 - Paris 2015

Acordo histórico estabelecendo metas globais de temperatura

1

2

3

COP28 - Dubai 2023

Primeira avaliação global do progresso do Acordo de Paris

COP26 - Glasgow 2021

Foco em financiamento climático e adaptação

Embora as COPs sejam espaços de negociação entre governos, a pressão da sociedade civil e dos movimentos por justiça climática é cada vez mais forte. Eles exigem que as decisões não se limitem a números de emissão, mas que abordem a questão da equidade, do financiamento para adaptação e perdas e danos, e da participação das comunidades mais afetadas.

É como uma grande orquestra global: cada instrumento (país) tem sua partitura (NDC), mas o sucesso da sinfonia depende da harmonia e da colaboração de todos, especialmente dos que têm mais recursos para liderar. O Brasil, com sua imensa biodiversidade e populações vulneráveis, tem um papel crucial nesse cenário.

Caminhos para a Ação: Do Indivíduo ao Coletivo

Diante de um tema tão complexo como o racismo ambiental e a justiça climática, é natural se perguntar: o que podemos fazer? A boa notícia é que existem muitos caminhos para a ação, que vão desde o engajamento individual até a participação em movimentos coletivos.



Conscientização e Educação

Compartilhar conhecimento, discutir o tema com amigos e familiares, e buscar mais informações são atitudes fundamentais.



Consumo Consciente

Refletir sobre padrões de consumo, apoiar empresas responsáveis e negócios locais de comunidades tradicionais.



Participação Política

Acompanhar propostas de lei, votar em candidatos comprometidos com a pauta socioambiental, participar de conselhos municipais.



Pesquisa e Inovação

Desenvolver soluções tecnológicas, políticas públicas ou modelos de negócio que promovam sustentabilidade e equidade.



Engajamento Coletivo

Apoiar e se engajar em movimentos sociais, ONGs e coletivos que lutam por justiça ambiental e climática.

Para o estudante universitário e futuro profissional, a pesquisa e a inovação são campos vastos. O papel do coletivo, no entanto, é insubstituível. Apoiar e se engajar em movimentos sociais, ONGs e coletivos que lutam por justiça ambiental e climática amplifica nossa voz e nosso impacto.

"Lembre-se: a mudança sistêmica raramente acontece por iniciativa individual; ela é fruto da pressão e da organização coletiva."

Esta aula nos equipou com uma compreensão mais profunda das desigualdades socioambientais. Na próxima aula, vamos explorar como a **Bioeconomia e o Potencial da Sociobiodiversidade Amazônica** podem oferecer caminhos inovadores e sustentáveis para o desenvolvimento, valorizando a riqueza natural e cultural do Brasil.

Consolidação e Próximos Passos

Chegamos ao fim de uma jornada essencial. Nesta aula, desvendamos o **Racismo Ambiental** como a distribuição desigual dos ônus ambientais sobre populações vulneráveis, e vimos como as **Mudanças Climáticas** amplificam essas injustiças. Exploramos a busca por **Justiça Climática**, que exige equidade e responsabilidade histórica, e compreendemos a **Interseccionalidade** como uma lente crucial para entender a complexidade das opressões.

Racismo Ambiental Distribuição desigual de ônus ambientais	Justiça Climática Soluções equitativas para crise climática
Interseccionalidade Análise complexa de múltiplas opressões	Agenda 2030 Ferramentas globais para justiça

Em prática:

- Ao analisar um problema ambiental, questione: "Quem é mais afetado e por quê?"
- Busque informações sobre a origem dos produtos que consome e o impacto de sua produção
- Apoie iniciativas e movimentos que defendem os direitos das comunidades vulneráveis
- Considere como sua futura atuação profissional pode contribuir para a justiça socioambiental

Autoavaliação

- Qual dos seguintes cenários melhor ilustra o conceito de Racismo Ambiental?**
 - a) A poluição do ar em uma cidade grande afeta igualmente todos os seus habitantes.
 - b) A instalação de uma usina de tratamento de esgoto em um bairro de alta renda.
 - c) A construção de um aterro sanitário em uma comunidade de baixa renda, predominantemente negra.
 - d) A preservação de uma área verde em um condomínio fechado.
- As mudanças climáticas impactam desproporcionalmente populações vulnerabilizadas porque:**
 - a) Elas são as únicas responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa.
 - b) Já vivem em áreas de risco e possuem menos recursos para se adaptar ou mitigar os efeitos.
 - c) Não têm interesse em participar de discussões sobre o clima.
 - d) São imunes aos efeitos das secas e inundações.
- A interseccionalidade é uma ferramenta importante no debate socioambiental porque:**
 - a) Permite focar em apenas uma forma de discriminação por vez.
 - b) Ajuda a entender como diferentes formas de opressão (raça, gênero, classe) se cruzam e criam vulnerabilidades específicas.
 - c) Simplifica a análise de problemas complexos.
 - d) É um conceito exclusivo para estudos de gênero.
- Qual ODS está mais diretamente relacionado à busca por equidade no contexto da justiça socioambiental?**
 - a) ODS 7 – Energia Limpa e Acessível
 - b) ODS 10 – Redução das Desigualdades
 - c) ODS 14 – Vida na Água
 - d) ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação
5. Explique, em suas palavras, a diferença fundamental entre "Racismo Ambiental" e "Justiça Climática", e como um conceito complementa o outro.

Gabarito e Reflexões

1 Resposta: c)

A construção de um aterro sanitário em uma comunidade de baixa renda, predominantemente negra, exemplifica perfeitamente o racismo ambiental.

3 Resposta: b)

A interseccionalidade ajuda a entender como diferentes formas de opressão se cruzam e criam vulnerabilidades específicas.

2 Resposta: b)

Populações vulneráveis já vivem em áreas de risco e possuem menos recursos para se adaptar ou mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

4 Resposta: b)

O ODS 10 – Redução das Desigualdades está mais diretamente relacionado à busca por equidade no contexto socioambiental.

✔ Resposta da Questão 5:

O **Racismo Ambiental** foca na distribuição desigual dos ônus ambientais sobre grupos raciais e étnicos, sendo uma manifestação da injustiça ambiental. A **Justiça Climática**, por sua vez, é um movimento mais amplo que busca soluções equitativas para a crise climática, considerando a responsabilidade histórica e a necessidade de participação e reparação para as comunidades mais afetadas.

Um complementa o outro porque a Justiça Climática não pode ser alcançada sem combater as manifestações do Racismo Ambiental, que são parte intrínseca das desigualdades climáticas.

Recursos e Próximos Passos

Conexão com a Próxima Aula

Na Aula 31, mergulharemos no fascinante universo da **Bioeconomia e o Potencial da Sociobiodiversidade Amazônica**, explorando como a valorização dos recursos naturais e dos saberes tradicionais pode impulsionar um desenvolvimento econômico que seja, ao mesmo tempo, sustentável e justo.

NOTA IMPORTANTE: As informações regulatórias/legais/técnicas desta aula estão atualizadas até 2025. Consulte sempre fontes oficiais para verificar alterações.



Recursos Adicionais



Atlas da Justiça Ambiental (EJAtlas)

Para explorar casos de conflitos socioambientais globalmente e compreender padrões de injustiça ambiental.



Relatórios do IPCC

Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas para aprofundar-se na ciência do clima.



Observatório do Clima

Artigos e publicações para análises sobre a política climática brasileira e suas implicações sociais.

"A justiça ambiental não é apenas sobre proteger o meio ambiente – é sobre proteger as pessoas que dependem dele para sobreviver e prosperar."

Parabéns por concluir esta importante jornada de aprendizado sobre Racismo Ambiental e Justiça Climática!